



ATA DA 682ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
AMPLIADA DO CONSELHO FEDERAL DE
ECONOMIA, REALIZADA NOS DIAS 26 E 27 DE
JANEIRO DE 2018, EM BRASÍLIA-DF.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54

PARTICIPANTES: Os Economistas Wellington Leonardo da Silva - Presidente; Bianca Lopes de Andrade Rodrigues - Vice-Presidente; e Conselheiros Federais: Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki Jr, Clovis Benoni Meurer, Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Felipe Macedo de Holanda, Henri Wolf Bejzman, Júlio Miragaya, Luiz Antonio Rubin, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Nei Jorge Correia Cardim, Nelson Pamplona da Rosa, Paulo Brasil Corrêa de Mello, Paulo Roberto Polli Lobo, Pedro Andrade de Oliveira, Róridan Penido Duarte e Waldir Pereira Gomes. Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia: o Presidente do Corecon-RJ, José Antonio Lutterbach Soares; o Presidente do Corecon-RS, Rogério Vianna Tolfo; o Presidente do Corecon-BA, Reinaldo Dantas Sampaio; o Presidente do Corecon-PR, Celso Bernardo; o Presidente do Corecon-SC, Alexandre Antônio Benedetto Flores; o Presidente do Corecon-PA/AP, Kleber Antonio da Costa Mourão; o Presidente do Corecon-MG, Paulo Roberto Paixa Bretas; o Presidente do Corecon-AL, Marcos Antônio Moreira Calheiros; o Presidente do Corecon-AM, Francisco de Assis Mourão Júnior; o Presidente do Corecon-MT, Ricardo Augusto Moreira da Silva; o Presidente do Corecon-MA, Frednan Bezerra dos Santos; o Presidente do Corecon-SE, Eduardo Alves Bastos; o Presidente do Corecon-ES, Ricardo Silveira da Paixão; o Presidente do Corecon-GO, André Luís Braga Rodrigues dos Santos; o Presidente do Corecon-RN, Ricardo Valério Costa Menezes; o Presidente do Corecon-MS, Jorge Tadeu de Barros Veneza; o Presidente do Corecon-PB, Celso Pinto Mangueira; o Presidente do Corecon-PI, Dorgilan Rodrigues da Cruz; o Presidente do Corecon-AC, Alisson Matos Mourão; o Presidente do Corecon-RO, João Batista Almeida; o Presidente do Corecon-TO, Claudiney Henrique Leal da Cunha; e o Presidente do Corecon-RR, Cícero Ivo Moura Bezerra Jr. Participaram, ainda, o Vice-Presidente do Corecon-PE, José André de Lima Freitas da Silva; o Vice-Presidente do Corecon-DF, Eloy Corazza; a Conselheira do Corecon-MG, Tânia Cristina Teixeira; a Superintendente Substituta Ana Cláudia Ramos Pinto; o Procurador-Chefe Fábio Ronan; o Jornalista Manoel José Castanho; a Assessora de Imprensa Natália Lepsch Kenupp Batista; o Assessor de Comunicação Júlio César Poloni de Góes; a Assessora da Presidência Jane Lopes da Silva; o Contador Antonio Tolentino; o Técnico em Informática Danyel Willian Santos Teófilo; e a Supervisora de Serviços Gerais Edna Barroso Machado. **1. ABERTURA DA SESSÃO PLENÁRIA:** Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e seis de janeiro de dois mil e dezoito, em Brasília-DF, o Presidente do Cofecon, Economista Wellington Leonardo da Silva, abriu os trabalhos da sexcentésima octogésima segunda Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, agradecendo a presença de todos. **1.1. Justificativas de Ausência e Votação.** (26/01, manhã, sem gravação de áudio). Conselheiro Federal Sérgio Guimarães Hardy, ausente por motivos saúde na família, substituído pelo Conselheiro Federal Luiz Antonio Rubin. Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia: Conselho Regional de Economia 2ª Região - SP, Presidente Manuel Enríquez García, não houve informação de participação ou substituição; Conselho Regional de Economia 3ª Região-PE, Presidente Ana Cláudia Arruda Laprovitera, ausente por motivos de viagem, substituída pelo Vice-Presidente, José André de Lima Freitas da Silva; Conselho Regional de Economia 8ª Região - CE, Presidente Lauro Chaves Neto e o Vice-Presidente José Maria Porto Magalhães Sobrinho, impossibilitados por motivos particulares; e Presidente do Conselho Regional de Economia 11ª Região - DF, Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo, ausente por motivo de viagem, substituído pelo Vice-Presidente, Eloy Corazza. **1.2. Ata de Sessões Plenárias anteriores.** (Áudio: 26/01, manhã 4:22 - 6:26). Aprovação da Ata da 679ª Sessão Plenária, realizada nos dias 14 e 15 de julho de 2017, em Brasília-DF, e da Ata da 680ª Sessão Plenária Ampliada, realizada no dia 9 de setembro de 2017, em Belo Horizonte-MG; submetidas para formalizar a aprovação, pois as mesmas foram objeto de apreciação na plenária anterior e, na ocasião, foi decidido que seriam aprovadas após ajustes dos Conselheiros Antonio Melki Jr e Jin Whan Oh e, em seguida, seriam novamente encaminhadas por mensagem eletrônica aos demais conselheiros. Em votação, aprovadas. **1.3. Ata da Sessão Plenária anterior.** (Áudio: 26/01, manhã 6:28 - 17:00) Leitura, emendas e aprovação da Ata da 681ª Sessão Plenária, realizada nos dias 30 de novembro, 1º e 2 de dezembro de 2017, em Brasília-DF. Em votação, aprovada, com abstenção dos Conselheiros Antonio Corrêa de Lacerda e Antônio de Pádua Ubirajara e Silva. **1.4. Representação institucional e participação em eventos;** (Áudio: 26/01, manhã 17:10 - 30:45) O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, reuniu-se no 12 de janeiro com o Presidente do Conselho Federal de

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

55 Administração, Wagner Siqueira, para tratar de ações macro a serem realizadas em parceria entre os dois
56 Conselhos com o objetivo de proteger as profissões de Economista, Administrador e todas as demais profissões
57 regulamentadas contra os desmandos dos poderes Executivo e Judiciário, nos âmbitos Federal, Estadual e
58 Municipal, que não respeitam as leis que as instituíram. Os presidentes das autarquias pretendem denunciar
59 irregularidades que ocorrem em empresas públicas e privadas na contratação de profissionais em desrespeito
60 às leis de regulamentação. A reunião ocorreu na sede do Cofecon, em Brasília. O assunto será levado para o
61 Fórum do Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão). A pauta da reunião também abordou
62 o PLS nº 658/2007 e o PLS nº 439/2015, que atualizam a legislação de ambas as profissões, e os próximos
63 passos na busca pela aprovação das matérias ainda neste ano, bem como trataram sobre o PLS 8423/2017, de
64 autoria da Deputada Federal Simone Morgado, que atinge as atribuições dos economistas e dos
65 administradores. Também participaram do encontro o diretor de Desenvolvimento Institucional do CFA,
66 Rogério Ramos; o consultor parlamentar Jenner de Moraes; a assessora parlamentar do CFA, Rosilâne
67 Resende; a superintendente substituta do Cofecon, Ana Claudia Ramos Pinto; e a assessora de imprensa,
68 Natália Lepsch Kenupp Batista. **Colaboradores - Representação Institucional.** O Conselheiro Federal Júlio
69 Miragaya reuniu-se no dia 11 de janeiro com dirigentes do Colégio de Graduados em Ciências Econômicas do
70 Paraguai (CGCE). Participaram do encontro a Presidente do CGCE, Dra. Cristina Muñoz, o Vice-Presidente,
71 Dr. Carlos Miranda, e os membros titulares Dr. Carlos Sánchez e Dr. Roberto Lezcano. O Conselheiro Federal
72 Fernando de Aquino Fonseca Neto proferiu palestra no III Seminário de Economia Política da Saúde,
73 apresentando o contexto da crise econômica no Brasil e caminhos alternativos à austeridade fiscal, na FioCruz
74 da cidade de Recife-PE, no dia 06 de fevereiro de 2018. **1.5. Correspondências relevantes;** (Áudio: 26/01,
75 manhã 31:00 - 31:30). não houve. **1.6. Informes da Presidência;** (Áudio: 26/01, manhã 31:30 -
76 1:11:16). O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, apresentou as seguintes
77 informações ao plenário: - Processo do Plano de Saúde empresarial para os funcionários do
78 Cofecon: está em andamento, aguardando posição das operadoras Amil e Bradesco; - Processo da
79 aquisição de licença de software contábil: será objeto de pauta à frente, suspenso para ajuste no
80 Edital; - Proposta de aluguel do imóvel do Cofecon que fica no 5º andar no edifício Palácio do
81 Comércio, por R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais, com abatimento desse valor nas reformas
82 que o locatário entende ser necessário: foram ouvidas as ponderações e as recomendações que serão
83 analisadas; - Informou que será enviada para a Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar
84 minuta de resolução que regulamenta o empréstimo do plenário João Paulo de Almeida Magalhães
85 do Cofecon, já analisada pelo Jurídico; - Comunicou que o Cofecon recebeu doação de 30 (trinta)
86 computadores do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Desta forma, todos os computadores serão
87 trocados (não são computadores novos, mas são bem melhores que os atuais) e os equipamentos
88 substituídos serão doados para os Corecons; - Processo Trabalhista - Ex-funcionário Elifas Levi
89 Dias Lisboa: atualmente, o processo em questão encontra-se “concluso para julgamento do incidente
90 de impugnação à liquidação de sentença” desde 29.11.2017, ou seja, o juiz vai apreciar a
91 impugnação apresentada pela parte, a qual pretende ver majorada o valor da indenização que, até o
92 dia 31/05/2017, estava atualizada e homologada em R\$ 465.814,17(quatrocentos e sessenta e cinco
93 mil, oitocentos e quatorze reais e dezessete centavos). Após o julgamento da impugnação aos
94 cálculos (precedente ou improcedente), o juízo vai atualizar e homologar novo valor.
95 Posteriormente - especialmente considerando que há decisão judicial transitada em julgada
96 deferindo o pagamento via precatórios desde 2015, ou seja, anteriormente à decisão do STF a
97 respeito da não aplicação dos precatórios aos Conselhos Profissionais - espera-se que o juízo da
98 causa expeça ofício requisitório ao seu tribunal, o qual fará a gestão da lista de precatórios em
99 ordem cronológica, levando em conta a data de chegada do precatório ao tribunal. São incluídos no
100 orçamento do ano seguinte os precatórios incluídos na lista do tribunal até 1º de julho do ano
101 vigente. Se o precatório for incluído na lista do tribunal até o dia 01.07.2018, o Cofecon deverá
102 colocá-lo no orçamento de 2019; porém, se for incluído depois do dia 01.07.2018, somente será
103 inserido no orçamento de 2020 do Cofecon. **1.7. Informes dos Conselheiros Federais.** (Áudio:
104 26/01, manhã 1:11:43 - 1:37:10). O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. informou sobre o Projeto de Lei
105 do Senado nº 280, de 2017, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que tem por finalidade estabelecer
106 diretrizes e requisitos para a delegação, no âmbito da Administração Pública Federal, do serviço público de
107 fiscalização administrativa a particulares. Esclareceu, ainda, que trata de delegação a particulares das ações do
108 serviço público de fiscalização administrativa, autorizado por lei especial. Sugeriu que, por meio do Conselhão,
109 seja requerida a participação nas audiências públicas deste PLS para que os Conselhos Federais possam ser
110 ouvidos. O Conselheiro Federal Nei Jorge Correia Cardim abordou a implementação dos princípios de
111 Economia no ensino fundamental e afirmou que esteve tratando sobre o tema com o secretário do Estado da
112 Bahia, o qual informou que o Ministério da Educação exige a licenciatura em Economia para ensinar
113 fundamentos da área. A ideia é que o Sistema Cofecon/Corecons encaminhe para o MEC uma proposta

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

114 curricular para grade de ensino fundamental. O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. esclareceu que o
115 bacharel pode fazer um curso de complementação em Pedagogia para poder lecionar. O Conselheiro Federal
116 Fernando de Aquino Fonseca Neto corroborou com o mesmo entendimento do Conselheiro Federal Antonio
117 Melki Jr. sobre o tema. O Conselheiro Federal Júlio Miragaya mencionou sua participação, junto ao Presidente
118 do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, e ao Presidente do Corecon-RJ, José Antonio Lutterbach Soares,
119 no XI Congresso de Economistas da América Latina e do Caribe, realizado no período de 18 a 20 de outubro
120 de 2017 na Cidade do Panamá. Informou que naquela ocasião foi definida a produção de um boletim
121 informativo contendo as principais notícias sobre as 16 (dezesesseis) entidades participantes, em língua
122 espanhola, devido à predominância do idioma entre os membros. Apresentou a confecção do Informativo
123 AEALC, ano 1, número 1 - outubro a dezembro de 2017, com o tema: “O Desenvolvimento que Queremos”.
124 Destacou o trabalho do funcionário Manoel José Castanho, que buscou as informações para produção a
125 primeira edição do informativo. Por fim, tratou sobre a reunião ocorrida no dia 11 de janeiro com dirigentes
126 do Colégio de Graduados em Ciências Econômicas do Paraguai (CGCE), na Cidade de Assunção. O
127 Conselheiro Federal Clovis Benoni Meurer informou sobre a realização do XXIII Encontro de Entidades de
128 Economistas do Sul (Enesul) e que os organizadores estarão à disposição para convidar e agregar as entidades
129 participantes da Associação de Economistas da América Latina e do Caribe. A Conselheira Federal Denise
130 Kassama Franco do Amaral falou sobre a necessidade de finalizar os assuntos do GT Faculdades, pois ficou
131 pendente a definição se os novos egressos serão registrados ou não, se terão direito a voto ou não, e como será
132 o título para esses profissionais. Informou sobre a necessidade da definição de limites para cada situação e que
133 foi enviado um questionamento aos Conselheiros Federais para definição das questões operacionais, porém
134 poucos responderam. O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. disse que precisa haver um parecer do relator
135 no processo para que os conselheiros possam se manifestar sobre ele. O Presidente do Cofecon, Wellington
136 Leonardo da Silva, disse que o Cofecon providenciará o contato dos que não responderam e solicitará os
137 posicionamentos. Contudo, deverá haver uma proposta fechada da Comissão, independentemente da
138 quantidade de respostas obtidas. O Conselheiro Federal Waldir Pereira Gomes informou que o Sindicato dos
139 Economistas no Estado de São Paulo organizará o II Fórum Paulista da Mulher Economista e o Encontro de
140 Coordenadores dos Cursos de Economia, os quais serão coordenados por ele, e pela Nancy Gorgulho Chaves
141 Braga, e solicita que o Cofecon prestigie os eventos. O Conselheiro Federal Felipe Macedo de Holanda
142 informou que o próximo Encontro de Economia do Nordeste (ENE) será organizado na cidade de Imperatriz-
143 MA e que abordará os temas agronegócio, reflorestamento, Carajás e as questões regionais. **2. Nota sobre**
144 **conjuntura econômica** (Áudio: 26/01, manhã 1:37:15 - 2: 15:20) **Tema: Política Fiscal.** Continuação
145 do debate para aprovação da nota técnica objeto do debate de conjuntura econômica realizado na
146 681ª Sessão Plenária Ordinária. Coordenação dos Trabalhos: Presidente Wellington Leonardo da Silva. O
147 Presidente esclareceu que não houve aprovação na plenária anterior, que há duas propostas para a nota e que
148 os diferentes pontos de vistas serão defendidos pelos Conselheiros Federais Fernando de Aquino Fonseca Neto
149 e Felipe Macedo de Holanda. O Conselheiro Federal Júlio Miragaya solicitou inclusão de item de
150 pauta: - Debate sobre a Conjuntura e seus reflexos em 2018. O Conselheiro Federal Antonio Corrêa
151 de Lacerda sugeriu uma ênfase no cenário para 2018. Os expositores das propostas das notas fizeram
152 suas defesas, as quais foram votadas. A proposta do Conselheiro Federal Fernando de Aquino
153 Fonseca Neto obteve 10 (dez) votos, dos Conselheiros: Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de
154 Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki Jr., Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo Rodrigues
155 da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Júlio Miragaya, Luiz Antonio Rubin, Maria
156 Auxiliadora Sobral Feitosa e Nelson Pamplona da Rosa. A proposta do Conselheiro Federal Felipe
157 Macedo de Holanda obteve 6 (seis) votos, dos Conselheiros: Felipe Macedo de Holanda, Henri Wolf
158 Bejzman, Nei Jorge Correia Cardim, Paulo Brasil Corrêa de Mello, Pedro Andrade de Oliveira e
159 Waldir Pereira Gomes. Ausente a Vice-Presidente do Cofecon, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues,
160 que se encontrava coordenando o Fórum dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia.
161 Aprovada a nota sobre Política Fiscal com o seguinte texto: “A política fiscal atual, orientada para
162 reverter o crescimento recente da dívida pública em relação ao PIB, tem descuidado da promoção
163 da justiça social com medidas de política econômica, propostas e adotadas, que oneram os mais
164 pobres mantendo privilégios dos mais ricos. Essa tendência se reflete: (i) na reforma da previdência
165 como forma de reduzir os fluxos de transferências para segmentos de baixa renda; (ii) nos tetos
166 estabelecidos na Emenda Constitucional nº95, obrigando a comprimir gastos sociais; (iii) na
167 manutenção dos custos financeiros da dívida pública ainda desnecessariamente altos; e (iv) na não
168 elevação da tributação sobre os mais ricos. De início, benefício previdenciário no Brasil, para o
169 setor privado (RGPS), não deve ser considerado de forma estrita, como uma transferência do
170 governo apenas para os que não conseguem garantir o sustento com seu trabalho ou capital. Toda a
171 argumentação dos defensores da reforma tratam dessa forma, quando essas transferências, no Brasil,
172 têm função adicional, qual seja, reduzir a concentração de renda, funcionando como um imposto de

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

173 renda negativo para os beneficiários que possuem capacidade laborativa. Claro que existem
174 alternativas melhores de diminuir as desigualdades, mas o que se pretende, neste momento, é retirar
175 essas transferências sem redirecioná-las para gastos socialmente mais relevantes, mas somente para
176 melhorar resultados fiscais sem retirar dos com maior capacidade contributiva. Precisamos
177 desconstruir a ideia de que os níveis de taxa de juros no Brasil seriam como uma lei da natureza.
178 Por um lado, não é verdade que se pratica a mínima exigida pelo mercado para financiar a dívida
179 pública, pois, se assim fosse, a taxa básica real, para um ano por exemplo, não teria se mantido em
180 torno de 1,7%, de jul/2012 a jan/2013 (3,0%, de ago/2017 a dez/2017) sem o mercado deixar de
181 financiá-la. Por outro lado, também não é a taxa mínima exigida para o controle da inflação, pois
182 outros instrumentos podem ser utilizados pelo Banco Central para auxiliar e contenção de pressões
183 inflacionárias de demanda. No mesmo sentido, não se sustenta o argumento, insistentemente
184 colocado pela grande mídia, de que a carga tributária no Brasil seja demasiada. Carga tributária
185 sobre quem? Segundo o IPEA, os 10% mais pobres no Brasil gastam 32% de sua renda em tributos
186 - sendo que 28% desse total são indiretos, sobre produtos e serviços. Em contrapartida, a parcela
187 dos 10% mais ricos da população gasta apenas 21% de sua renda em tributos, sendo 10% em tributos
188 indiretos. [Equidade fiscal no Brasil: impactos distributivos da tributação e do gasto social, 2011].
189 Tais resultados decorrem de maior tributação sobre o consumo do que sobre a renda, da ausência
190 de impostos que alcancem mais aos ricos e da possibilidade que têm de expedientes para obter
191 tratamento tributário mais favorável, como a constituição de empresas para registrar rendas,
192 despesas e patrimônios pessoais. O relatório do Banco Mundial intitulado Um Ajuste Justo,
193 encomendado pelo governo e recentemente divulgado, tendo como proposta analisar os gastos
194 primários, apresenta, como principal conclusão, que o governo brasileiro gasta mais do que pode e,
195 além disso, gasta mal. Com isso, recomenda uma série de medidas destinadas a reduzir os gastos
196 primários, identificando como principal a reforma da previdência, como proposta pelo governo.
197 Apesar disso, não deixa de alertar para distorções fiscais importantes, à margem desses gastos, que
198 precisam ser enfrentadas, como a regressividade do sistema tributário [“Devido à existência de
199 muitas fontes de renda não tributáveis (tais como ganhos de capital e dividendos), a tributação sobre
200 a renda pessoal não afeta os ricos de maneira adequada.” p.35] e os altos custos financeiros do setor
201 público brasileiro [“O nível de reservas internacionais também é bastante alto para padrões
202 internacionais, o que acarreta um custo fiscal significativo. (...) Seria importante estudar
203 cuidadosamente se há escopo para redução das reservas internacionais.” p.37] Concordamos que o
204 setor público gasta mal. Seria muito proveitoso elevar a eficiência desses gastos, reduzindo
205 privilégios de castas do serviço público; com planejamento mais estratégico e maior controle nas
206 despesas com ciência, tecnologia e inovações; priorizando e incentivando a elevação da qualidade
207 da educação, seja a prestada pelas instituições públicas seja pelas privadas beneficiadas com
208 recursos públicos; fortalecendo programas de medicina preventiva, dentre outros. Contudo,
209 repudiamos a estratégia de aumentar a eficiência dos gastos apenas como forma de reduzir o seu
210 montante, atingindo gastos sociais e com a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Em
211 termos de política fiscal, é essencial identificar as medidas mais apropriadas no curto e no longo
212 prazos. Para não comprometer a promoção da justiça social, no curto prazo propõe-se reduzir mais
213 as taxas básicas de juros e o volume de reservas internacionais; retornar com o imposto de renda
214 sobre lucros e dividendos distribuídos e com a CPMF; eliminar privilégios abusivos das castas do
215 serviço público, em geral instaladas no legislativo e no judiciário. No longo prazo, elaborar uma
216 reforma previdenciária que não aumente as desigualdades, no sentido de que eventuais reduções em
217 transferências do RGPS nominadas de previdenciárias sejam direcionadas a segmentos sociais mais
218 carentes; realizar ampla reforma tributária, que torne o sistema progressivo; elevar a qualidade do
219 gasto público, em particular os alocados em educação, ciência, tecnologia e inovações, caminho
220 mais promissor para o almejado desenvolvimento socioeconômico”. **Inclusão de Pauta** - Discussão
221 para a formulação de nota técnica de Política Econômica sobre os cenários para 2018 (Áudio: 26/01,
222 manhã 2: 15:20 - 2:21:55) O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, afirmou que a inserção
223 deverá ser feita na pauta do dia 27/01- sábado. O Conselheiro Federal Júlio Miragaya sugeriu que houvesse
224 um avanço dos itens na pauta de 26/01, de modo que houvesse tempo hábil para a discussão no dia 27/01.
225 (Áudio: 26/01, tarde 00:01 - 05:49) O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, convidou a
226 todos a participarem do descerramento da placa de homenagem ao Ex-Presidente do Cofecon Júlio Miragaya.
227 **3. Reunião Ampliada do Sistema Cofecon/Corecons. 3.1. Itens pautados pelo Conselho Federal de**
228 **Economia.** (Áudio: 26/01, tarde 5:51-22:50) 3.1.1. Apresentação da versão preliminar do Relatório de Gestão
229 do exercício de 2017, incluindo o balanço das atividades das comissões permanentes e temáticas e grupos de
230 trabalho do Cofecon. Relator: Conselheiro Federal Júlio Miragaya. O Conselheiro Federal Júlio Miragaya
231 realizou a sua apresentação, abordando: - Entendimentos com o CFA e CFC no sentido de serem aparadas as

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

232 arestas em relação às atribuições das três profissões; - Lançamento da Campanha pela Redução da
233 Desigualdade Social no Brasil, em parceria com a OXFAM Brasil e quase 30 entidades nacionais, incluindo
234 CNBB, OAB e seis das nove centrais sindicais; - Realização, com o Corecon/MG, do XXII Congresso
235 Brasileiro de Economia (CBE), que teve a participação de mais de 1.200 economistas e acadêmicos de todo o
236 País; - Atividades da Comissão de Educação voltadas aos estudantes de graduação e aos estudantes de nível
237 médio, buscando estimulá-los a permanecerem e optarem pelos cursos de Economia; - Constituição do GT de
238 Perícia Econômico-Financeira, que resultou no lançamento do Cadastro Nacional de Peritos em Economia e
239 Finanças; - Parceria com a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE) e com a
240 Federação Nacional dos Estudantes de Economia (FENECO); - Realização do processo eleitoral por meio
241 eletrônico pelo terceiro ano consecutivo; - Instituição, em todo o Sistema, do Portal da Transparência; -
242 Elaboração de carteiras profissionais com chip; - Reformulação do sítio eletrônico do Cofecon, importante
243 instrumento de informação e diálogo com a categoria; - Protagonismo alcançado pelo Cofecon no debate
244 econômico nacional, tornando-se importante fonte de informação para os mais destacados veículos de
245 comunicação na área de Economia. - Por fim, apresentou o balanço da situação financeira, receitas e despesas
246 em 2017. Abordou, ainda, a constituição de grupo de trabalho para redução dos custos. Afirmou que a despesa
247 corrente caiu 8,9% em valores nominais e 11,5% em valores reais; que a variação do saldo financeiro de 2014
248 a 2017 foi negativa em R\$ 894,272 (oitocentos e noventa e quatro mil e duzentos e setenta e dois reais) e a
249 despesas de capital de 2015 a 2017 foram de R\$ 1.178,781 (um milhão, cento e setenta e oito reais e setecentos
250 e oitenta e um reais), em razão de realização da obra da nova sede do Cofecon, localizada no 12º andar do
251 Edifício Palácio do Comércio, em Brasília, e aquisição de equipamentos de informática e da nova central
252 telefônica. O Cofecon ficou sem receber a cota-parte do Corecon-SP em grande parte de 2017 e somente a
253 recebeu por decisão judicial no 4º trimestre de 2017, no valor de R\$ 1.416.707,06 (um milhão, quatrocentos e
254 dezesseis mil, setecentos e sete reais e seis centavos). O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva,
255 deu por recebido e informou que será entregue para os Conselheiros Federais e Presidentes de Regionais o
256 relatório impresso, depois das correções. (Áudio: 26/01, tarde 22:53-49:25) 3.1.2. Apresentação do programa
257 de trabalho do Cofecon para o exercício de 2018. Relator: Presidente Wellington Leonardo da Silva. O
258 Presidente do Cofecon leu o programa de trabalho 2018, iniciando pela citação de Vinicius de Moraes. "...
259 ainda cremos nesse País que teima em não se encontrar com a maioria do seu povo. Ainda cremos que podemos
260 mudar o mundo, um pouco que seja, para que fiquemos mais humanos". O eixo condutor do programa é a
261 continuidade do processo de elaboração e aperfeiçoamento de ações sistemáticas que passaram a ser
262 implementadas no Cofecon a partir de janeiro de 2010, capazes de garantir o futuro de nossas entidades, sejam
263 elas de caráter permanente ou extraordinário, registradas ou não no Relatório de Planejamento Estratégico da
264 Autarquia, derivadas de pelo menos um dos seguintes eixos estruturantes: 1 - FORTALECIMENTO DA
265 IMAGEM INSTITUCIONAL. 1.1 - Em função do cumprimento de função institucional prevista na legislação
266 que regulamenta a Profissão do Economista, pretendemos, sempre a partir de discussões e aprovações pelo
267 Plenário, aprofundar a difusão das opiniões e notas do Conselho Federal de Economia a todos os canais de
268 comunicação com a sociedade brasileira; 1.2 - Implementar um programa destinado à instituição de Comissões
269 Regionais para elaborar projetos de desenvolvimento, permeados pela compreensão das realidades locais, com
270 participação majoritária de Economistas registrados em seus respectivos Conselhos, Sociólogos, Demógrafos,
271 Geógrafos e formuladores de políticas locais, e promover articulação para realização de debates sobre temas
272 econômicos nacionais; 1.3 - Estimular os países latino-americanos e caribenhos a sediar a reedição do
273 Seminário Internacional, realizado em novembro de 2016, no Brasil, para discutir questões geopolíticas e
274 comerciais para a América Latina e o Caribe; 1.4 - Incentivar a execução de políticas públicas destinadas a
275 combater os preconceitos discriminatórios de gênero, raça, etnia ou condição socioeconômica; 1.5 - Consolidar
276 e ampliar as interfaces com a sociedade civil organizada - OAB, Conselhão, ANGE, ANPEC, AEALC, AELP,
277 UNAFISCO, Prefeituras, Governos Estaduais, Congresso Nacional e Governo Federal - para defesa dos
278 interesses dos Economistas e da Sociedade; 1.6 - Apoiar e estimular a elaboração de projeto capaz de ampliar
279 o nível de participação dos Conselhos Regionais de Economia no plenário do Cofecon, desde que respeitados
280 os princípios da democracia direta, da proporcionalidade e da viabilidade econômico-financeira, além da
281 aprovação do SINCE; 2 - VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO. 2.1 - Investir na modernização da legislação
282 que regulamenta a Profissão de Economista, a partir do PLS nº 658/2007; 2.2 - Negociar, em parceria com os
283 Conselhos Regionais de Economia, a implantação de assessorias econômicas em todas as representações
284 públicas, empresariais e de trabalhadores; 2.3 - Atuar para que o Cofecon e os Corecons tenham assegurada a
285 representação nos Conselhos de Desenvolvimento Econômico dos municípios, estados e Governo Federal; 2.4
286 - Atuar para que seja assegurada ao Economista a elaboração e o acompanhamento da execução de Orçamentos
287 Públicos em todas as esferas do poder público; 2.5 - Desenvolver ações capazes de potencializar as iniciativas
288 dos Conselhos Regionais de Economia destinadas a desenvolver programas de democratização dos orçamentos
289 públicos, tais como os Fóruns Populares do Orçamento; 2.6 - Desenvolver ações em conjunto com todos os
290 demais Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, a fim de impedir a aprovação do PLS nº

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

291 280/2017, de autoria do Senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), que pode significar a extinção dos Conselhos
292 de fiscalização profissional; 2.7 - Desenvolver ações, em conjunto com os Corecons, para aumentar a
293 participação das mulheres economistas no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons; 3 - INTENSIFICAÇÃO DA
294 AÇÃO FISCALIZADORA DO SISTEMA. 3.1 - Buscar reverter, nas instâncias superiores do sistema
295 judiciário, a atual tendência dos juizados de primeira instância de não reconhecer o poder de fiscalização
296 outorgado aos Conselhos Regionais pela legislação já existente; 3.2 - Reverter a posição dos Executivos
297 municipais, estaduais e federal, cuja pedra fundamental é o não reconhecimento das profissões regulamentadas
298 em favor dos generalistas; 4 - APRIMORAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. 4.1 - Promover
299 programas de treinamento para os funcionários do Cofecon e dos Corecons destinados a aprimorar suas
300 capacidades de formulação e atuação técnica, em defesa das atividades-fim do Sistema que são: a fiscalização
301 do exercício da profissão e o gerenciamento de programas de formulação e aconselhamento sobre a boa técnica
302 econômica; 4.2 - Ampliar a participação de economistas na estrutura funcional do Conselho Federal; 5 -
303 POTENCIALIZAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA. 5.1 - Recuperar a estabilidade financeira da
304 Autarquia. QUEM SOMOS? WELLINGTON LEONARDO DA SILVA: Bacharel em Ciências Econômicas
305 pela Universidade Gama Filho. Foi Conselheiro Federal do Cofecon de 2009 a 2014 e Vice-Presidente da
306 autarquia no exercício de 2014. Trabalhou no setor privado de 1977 a 1990 na área de comércio internacional
307 de indústrias do ramo têxtil, maquinaria pesada e química fina. Lecionou nas faculdades Veiga de Almeida e
308 Gama Filho, nesta última até 1992. Foi assessor do Sindicato dos Bancários do Estado do Rio de Janeiro, da
309 Associação dos Funcionários do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (AFBNDES) e Chefe de
310 Gabinete da ex-Deputada Federal Ana Júlia Carepa. Atualmente é Secretário-Executivo do Corecon-RJ,
311 Consultor em Planejamento Estratégico Situacional e Diretor do Sindicato dos Economistas do Estado do Rio
312 de Janeiro. BIANCA LOPES DE A. RODRIGUES: Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade
313 Estadual de Maringá (UEM) e aluna do curso de MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria, pela
314 FGV. Foi Presidente e Vice-Presidente do Conselho Regional de Economia de Rondônia (Corecon-RO) e
315 atualmente ocupa o cargo de Conselheira Federal do Cofecon. Tem experiência em gestão de políticas públicas,
316 planejamento e finanças públicas, elaboração de planos de desenvolvimento regional e projetos de viabilidade
317 econômica. Atualmente ocupa o cargo de Vice-Presidente da Junta Comercial do Estado de Rondônia. O
318 presidente do Cofecon passou a palavra para a conselheira federal Denise Kassama Franco do Amaral para
319 apresentar sua visão sobre o que deve ser contemplado na Comissão de Educação, uma vez que foi
320 coordenadora no exercício de 2017. A Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral expôs os
321 projetos: - Prêmio Brasil de Economia, com 5 (cinco) categorias: monografia, livro, artigo, tese doutorado e
322 dissertação de mestrado; - Gincana Nacional de Economia, para os alunos do curso de Economia; - Desafio
323 Quero ser Economista, voltado para os alunos de ensino médio; - Concurso de Resenhas; - Escola de Cursos
324 Online, que é uma possibilidade de os Corecons auferirem renda por meio de uma plataforma para oferecer
325 curso para os economistas registrados; - Censo do ensino superior, que tem como objetivo acompanhar a
326 quantidade de formandos e a quantidade de bacharéis em Economia que fizeram seu registro. (Áudio: 26/01,
327 tarde 49:30-53:45) 3.1.3. Estudar medidas para resguardar o Cofecon da inviabilização financeira, derivada do
328 não repasse dos Conselhos Regionais de suas respectivas cotas parte total ou parcial. Relator: Presidente
329 Wellington Leonardo da Silva. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, disse que foi
330 presidente da Comissão de Tomada de Contas no exercício anterior e foi constatado no relatório final que não
331 há equivalência entre arrecadação que o Cofecon deveria ter e a arrecadação global dos Corecons. Então,
332 deduz-se que não está sendo repassada a totalidade das cotas-partes dos Regionais, exceto em caso de doação.
333 Isso será uma tarefa da Comissão de Tomada de Contas, que tem como atribuição acompanhar os repasses e
334 todas as contas dos Corecons. O Conselheiro Federal Júlio Miragaya sugeriu que a atual gestão inclua no plano
335 de trabalho a Campanha Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. O Presidente do Cofecon,
336 Wellington Leonardo da Silva, disse que o tema está no plano de trabalho e entende a importância dessa
337 atividade fundamental. Enfatizou que difundirá a Campanha, pois a desigualdade acontece e está presente em
338 todos os estados. Afirmou ser importante haver um engajamento de todos os Corecons nesse tema. (Áudio:
339 26/01, tarde 1:39:38 - 3:19:43) **3.2. Itens pautados pelos Presidentes dos Conselhos Regionais.** Foi
340 apresentado, na reunião ampliada, o relatório dos trabalhos coordenados pelo Presidente do Conselho Regional
341 de Economia da 10ª Região-MG, Econ. Paulo Roberto Paixão Bretas, e relatados pelo Presidente do Conselho
342 Regional de Economia 21ª Região-PB, Econ. Celso Pinto Manguiera. Os itens pautados pelos Presidentes foram
343 analisados e decididos conforme relato a seguir: 3.2.1. (Corecon-RS) Isenção de pagamento de anuidades
344 para empresas juniores; decidiu-se pelo encaminhamento ao Jurídico do Cofecon para elaboração
345 de parecer sobre a isenção. 3.2.6 (Corecon-PA/AP) Disponibilização do Programa Nacional de
346 Recuperação de Créditos para 2018; 3.2.9. (Corecon-MG) Possibilidade de criação de resolução
347 aprovando descontos de 10% sobre os valores corrigidos e atualizados monetariamente das
348 anuidades, em atraso, anteriores a 2018, para pagamentos à vista. 3.2.14. (Corecon-MT) Programa
349 Nacional de Recuperação de Créditos para 2018; 3.2.15. (Corecon-MA) Criação do VIII Programa

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

350 Nacional de Recuperação de Créditos; Os quatro itens foram tratados conjuntamente, sugerindo-se
351 reeditar o Programa Nacional de Recuperação de Créditos para 2018, acrescido da possibilidade de
352 desconto para pagamento integral, à vista, corrigido, com juros. 3.2.11. (Corecon-DF) Manual e
353 Sistematização do Parecer Técnico para julgamento dos pedidos de cancelamento, suspensão de
354 registro e ativo com desconto, elaborado pelo departamento de fiscalização do Corecon-DF; O vice-
355 presidente do Corecon-DF, Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo, entregou a cada um dos Corecons
356 um manual a título de contribuição. 3.2.5 (Corecon-BA) Estudar medidas para o enfrentamento da
357 precária situação financeira dos Conselhos Regionais de Economia decorrente da atual crise
358 econômica nacional. 3.2.20 (Corecon-SE) Situação Econômico-Financeira dos Conselhos Regionais
359 de Economia; os dois itens foram tratados conjuntamente, sendo solicitado ao Cofecon um estudo
360 que aponte soluções que permitam a sobrevivência financeira do Sistema Cofecon/Corecons, que
361 inclua, entre outros: - a proposta da agência de cobrança dos débitos em atraso; - ampliar para 6
362 (seis) o número de parcelas da anuidade. Os Corecons deverão ser ouvidos na elaboração desse
363 estudo. 3.2.8 (Corecon-MG) Informes sobre substituição dos Sistemas Siscaf, Siscont, Sipro - datas
364 e custos; 3.2.22. (Corecon-ES) Proposta de compartilhamento dos custos do novo sistema de
365 contabilidade; Os dois itens foram tratados conjuntamente. O Cofecon deve viabilizar novo sistema
366 de informática para substituir o da Implanta e os custos devem ser repassados em forma de rateio,
367 tomando como base o número de ECVs. Os Corecons deverão ser ouvidos sobre o tema. 3.2.19.
368 (Corecon-MA) Promover ações de fiscalização conjunta com os Conselhos Regionais de Economia
369 de modo a garantir o máximo de cobertura e garantir que os Corecons que não possuam fiscal
370 possam viabilizar ações de fiscalização. 3.2.21. (Corecon-ES) Proposta de concurso público para o
371 cargo de fiscal da profissão de economista para atender aos Corecons; Esses dois itens foram
372 analisados conjuntamente. O Cofecon deverá realizar concurso público para contratação de fiscais a
373 partir da demanda pelos Corecons até o final do semestre. Organizar uma central de treinamento
374 para fiscais. Definir uma política de fiscalização que aponte caminho e soluções para os Corecons
375 que não tenham condições de exercer a fiscalização. 3.2.3 (Corecon-BA) Realizar pesquisas e
376 estudos sobre o mercado de trabalho do economista e promover amplo debate pelos Conselhos
377 Regionais de Economia junto a Universidades, Associações de Professores, Cursos de Economia e
378 instituições afins sobre o currículo do curso de Economia; Criação de um GT para monitoramento
379 do mercado de trabalho e apresentação de relatórios anuais sobre a profissão do economista. 3.2.4
380 (Corecon-BA) Revisar normativo interno para compatibilizar o tempo de mandato dos Presidentes
381 e Vice-presidentes dos Conselhos Regionais de Economia e do Presidente e Vice-presidente do
382 Conselho Federal de Economia com o tempo de mandato dos Conselheiros; 3.2.2 (Corecon-BA)
383 Realizar esforços junto ao Congresso Nacional para a votação e aprovação do Projeto de Lei de
384 Regulamentação da Profissão de Economista; Incluir no projeto de lei a compatibilização do tempo
385 de mandato dos Presidentes e Vice-Presidentes do Sistema Cofecon/Corecons com o tempo do
386 mandato de conselheiros. Deverá ser dada prioridade absoluta para a aprovação do PL em questão.
387 3.2.7 (Corecon-MG) Discussão e definição de cronograma para regulamentar a absorção de cursos
388 com o conteúdo de Economia. Acelerar a absorção de profissionais com cursos com o conteúdo de
389 Economia permitindo o seu registro, em seus respectivos Corecons. 3.2.10. (Corecon-DF) Nota
390 Explicativa do Corecon-DF sobre a indicação da Codeplan como Destaque Técnico; entrega da nota
391 pelo Vice-Presidente do Corecon-DF, Eloy Corazza. 3.2.11. (Corecon-DF) Manual e Sistematização
392 do Parecer Técnico para julgamento dos pedidos de cancelamento, suspensão de registro e ativo
393 com desconto, elaborado pelo departamento de fiscalização do Corecon-DF; entrega de manual pelo
394 Vice-Presidente do Corecon-DF, Eloy Corazza. 3.2.12. (Corecon-DF) Inserção do ensino de
395 Economia no Ensino Médio; formular e executar um plano de ação junto aos órgãos competentes
396 para que haja a inserção do ensino de Economia no ensino médio. 3.2.13. (Corecon-DF) Criar
397 ferramentas de trabalho para o exercício da profissão de economista, como por exemplo um manual
398 de estudo de viabilidade econômico-financeira. 3.2.16. (Corecon-MA) Organizar calendário de
399 eventos do Cofecon (palestras, workshops) que contemple os Corecons de menor porte e
400 transmissão ao vivo por meio de redes sociais. 3.2.17. (Corecon-MA) Criação do Prêmio Corecon
401 do Ano como forma de destacar e difundir as melhores práticas dentro do Sistema
402 Cofecon/Corecons. 3.2.18. (Corecon-MA) Organizar curso de capacitação online de modo a garantir
403 formação continuada para os economistas do Brasil. Os três itens foram tratados conjuntamente,
404 devendo ser submetidos ao Cofecon. 3.2.23. (Corecon-GO) Editais de concursos públicos para que
405 o campo profissional do Economista seja preservado; o Cofecon exercerá um acompanhamento dos
406 editais de âmbito nacional que contemplem atividades da profissão de economista, garantindo sua
407 participação. 3.2.24. (Corecon-MS) Sedes/Espaços físicos para os Corecons e Delegacias. Os
408 presidentes solicitam o apoio do Cofecon, no sentido de que possam obter sede própria para reduzir

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

409 custos e melhor estabelecer estratégias de trabalho nos respectivos estados. O presidente do
410 Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, informou que os itens relatados serão devidamente
411 encaminhados para análise e posicionamento do plenário. Esclareceu que terceirizar a cobrança de
412 anuidade é um problema, mas que o assunto será encaminhado para análise da possibilidade. Logo
413 após, os Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia se apresentaram ao plenário, bem como
414 os Conselheiros Federais. **4. Ordem do Dia da Sessão Plenária** (Áudio: 26/01, tarde 4:13:11 - 5:19:25)

415 *4.1. Calendário de Sessões Plenária e eventos do Sistema Cofecon/Corecons para o exercício de 2018*
416 *(Processo nº 18.346/2017); Relator: Presidente Wellington Leonardo da Silva. O Presidente do Cofecon*
417 *apresentou a proposta para o calendário de sessões plenárias e eventos do Sistema Cofecon/Corecons para o*
418 *exercício de 2018, sendo avaliado e aprovado da seguinte forma: - 683ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho*
419 *Federal de Economia, dias 23 e 24 de março, em Brasília-DF; - 684ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho*
420 *Federal de Economia, dias 25 e 26 de maio, em Brasília-DF; - XXX ENE - Encontro de Entidades de*
421 *Economistas do Nordeste, em maio, em Imperatriz-MA; - 685ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal*
422 *de Economia, dias 27 e 28 de julho, em Brasília-DF; - XXIII Enesul - Encontro de Entidades de Economistas*
423 *do Sul, em julho, em Porto Alegre-RS; - XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia - Since, - VIII*
424 *Gincana Nacional de Economia, - XXIV Prêmio Brasil de Economia, no período de 19 a 21 de setembro, em*
425 *Porto Velho-RO; - 686ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, dia 22 de setembro, em*
426 *Porto Velho-RO; - 687ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, dias 29 de novembro e*
427 *1º de dezembro, em Brasília-DF; - Assembleia de Delegados Eleitores, dia 30 de novembro, em Brasília-DF.*
428 *A terceira sessão plenária ampliada dependerá da situação financeira do Cofecon. O presidente do Cofecon*
429 *sugeriu que durante a realização dos encontros regionais poderiam acontecer, em paralelo, o encontro dos*
430 *funcionários da região. Sendo assim, será analisada a possibilidade de realizar a terceira sessão plenária*
431 *ampliada, bem como o encontro de funcionários. (Áudio: 26/01, tarde 3:44:19-4:06:00)* *4.2. Prêmio Destaque*
432 *Econômico do Ano 2017 (Processo nº 18.168/2017); Relatora: Conselheira Federal Denise Kassama Franco*
433 *do Amaral. A Relatora submeteu as indicações dos Corecons para que o Cofecon escolha um nome para cada*
434 *modalidade, sendo votados e aprovados pelo plenário do Cofecon. Modalidade Desempenho Técnico: Instituto*
435 *Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE recebeu 6 (seis) votos dos Corecons e 10 (dez) votos do Cofecon.*
436 *Modalidade Academia: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp recebeu 5 (cinco) votos dos Corecons*
437 *e 8 (oito) votos do Cofecon. Modalidade Mídia: Carta Capital recebeu 5 (cinco) votos dos Corecons e 8 (oito)*
438 *votos do Cofecon, empatado com Valor Econômico, que recebeu 6 (seis) votos dos Corecons e 8 (oito) votos*
439 *do Cofecon. Para desempate, foi realizada a votação nominal: Carta Capital recebeu 12 (doze) votos (Antonio*
440 *Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki Jr., Denise Kassama Franco do Amaral,*
441 *Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Júlio Miragaya, Maria Auxiliadora Sobral*
442 *Feitosa, Nei Jorge Correia Cardim, Nelson Pamplona da Rosa, Pedro Andrade Oliveira e Wellington Leonardo*
443 *da Silva) e Valor Econômico 4 (quatro) votos (Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Henri Wolf Bejzman,*
444 *Paulo Brasil Corrêa de Mello e Waldir Pereira Gomes), havendo 2 (dois) ausentes (Felipe Macedo de Holanda*
445 *e Luiz Antonio Rubin). (Áudio: 26/01, tarde 4:06:54 - 4:12:52)* *4.3. Prêmio Personalidade Econômica do Ano*
446 *2017 (Processo nº 18.167/2017); Relatora: Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral. A*
447 *Relatora submeteu ao plenário os 3 (três) nomes mais indicados pelos Corecons para que definam o nome que*
448 *receberá a Honraria Personalidade Econômica do Ano. Ladislau Dowbor obteve 7 (sete) votos dos Corecons*
449 *e 8 (oito) votos do plenário do Cofecon; - Tânia Bacelar de Araújo obteve 6 (seis) votos dos Corecons e 6*
450 *(seis) votos do plenário do Cofecon; - Patrícia Ullmann Palermo obteve 4 (quatro) votos dos Corecons e 2*
451 *(dois) votos do plenário do Cofecon. O Plenário do Cofecon aprovou o nome de Ladislau Dowbor para o*
452 *Prêmio Personalidade Econômica do Ano. (Áudio: 27/01, manhã 0:10 -43:00)* **Debate: Cenários para 2018.**
453 *Realizado o debate entre os membros do plenário, coordenado pelo Conselheiro Federal Júlio Miragaya, o qual*
454 *recebeu os comentários e manifestações e apresentou a minuta de nota para a devida apreciação e aprovação.*
455 *(Áudio: 27/01, manhã 3:13:50 - 4:24:36)* *Após debates, realizou-se a votação nominal (Áudio: 27/01, 4:39:50*
456 *- 4:50:50). Proposta 1: a aprovação do texto obteve 11 (onze) votos, dos seguintes conselheiros: Antonio*
457 *Corrêa de Lacerda, Antonio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki Jr., Bianca Lopes de Andrade*
458 *Rodrigues, Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca*
459 *Neto, Júlio Miragaya, Luiz Antonio Rubin, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Pedro Andrade de Oliveira.*
460 *Proposta 2: a não aprovação do texto obteve 5 (cinco) votos, dos seguintes conselheiros: Felipe Macedo de*
461 *Holanda; Nei Jorge Correia Cardim, Nelson Pamplona da Rosa, Paulo Brasil Corrêa de Mello e Waldir Pereira*
462 *Gomes. Abstenção do conselheiro Henri Wolf Bejzman. Foi aprovada nota técnica nos seguintes termos: “Em*
463 *2018, Retomar o Crescimento Econômico com Inclusão e Proteção Social: o Brasil Não É o Mercado*
464 *Financeiro. O Conselho Federal de Economia tem se posicionado e defendido a retomada do crescimento*
465 *econômico, condição essencial para a redução da taxa de desemprego e para a elevação da renda nacional.*
466 *Mas não a qualquer custo, e sim propiciando a inclusão e a proteção social e promovendo a melhor*
467 *distribuição da renda e da riqueza. Ocorre que a retomada do crescimento em curso vem acompanhada de*

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

468 *uma persistente piora dos indicadores sociais. Os empregos que estão sendo gerados, por exemplo, são*
469 *essencialmente informais ou precários. Dessa forma, devemos avaliar se as propostas de reformas em curso*
470 *concorrem para a retomada do crescimento nos termos desejáveis, ou têm sido pautadas apenas pelas*
471 *demandas do mercado financeiro. É o caso da Reforma Tributária, que não pode focar apenas na*
472 *simplificação tributária, como quer o mercado, que é desejável, mas insuficiente. Ela deve efetivamente mudar*
473 *nosso modelo tributário regressivo, que tem sido historicamente o principal instrumento de concentração da*
474 *renda e da riqueza no país. No 22º Congresso Brasileiro de Economia (CBE), realizado em setembro de 2017*
475 *em Belo Horizonte (MG), com a participação de mais de 1.200 economistas e acadêmicos de todo o país, o*
476 *documento final do evento frisava que “Os bancos e as grandes corporações pretendem impor seus interesses*
477 *ao conjunto da sociedade brasileira. É imperativo que a vontade soberana do povo esteja acima dos anseios*
478 *e receios do mercado”. O que se assiste no cenário brasileiro é a constatação de uma enorme pressão do*
479 *“mercado”, especialmente o financeiro, sobre a arena política e institucional em suas diversas esferas. Os*
480 *últimos acontecimentos no cenário político e judiciário evidenciaram a grande influência que o mercado*
481 *financeiro tem nas decisões políticas, econômicas e institucionais. Ora, o Brasil não se restringe ao mercado*
482 *financeiro. Não pode o interesse econômico de investidores e especuladores substituir a vontade de 208*
483 *milhões de brasileiros, por qualquer que seja. Ao mercado financeiro interessa a politização da justiça, a*
484 *judicialização da política ou, mais ainda, a criminalização da política, para que ele reine soberano, e assim,*
485 *imponha sua agenda de reformas: previdenciária, tributária, fim da Lei do Salário Mínimo etc. Após recente*
486 *decisão proferida pela justiça federal de Porto Alegre, as manchetes evidenciaram que a sentença*
487 *contemplara o desejo do mercado financeiro. É importante frisar que não só o julgamento em questão mas*
488 *vários atos do Poder Judiciário têm recebido críticas e ressalvas de diversos juristas respeitados e*
489 *consagrados. O Poder Judiciário não pode ser visto como algo imaculado, isento a equívocos e desvios. É*
490 *sintomático que a condenação veio no momento em que o governo federal fixou o novo Salário Mínimo em R\$*
491 *954,00, reajuste de 1,81% (miseros R\$ 17,00) que sequer repõe o INPC (2,06%). Trata-se do menor reajuste*
492 *do SM em 78 anos, desde sua instituição em 1940. De outro lado, os 43 bilionários brasileiros possuem,*
493 *segundo a Forbes, fortuna estimada em R\$ 549 bilhões, com aumento de R\$ 65 bilhões em relação a 2016, ou*
494 *R\$ 1,5 bilhão a mais cada um, em média. O que se requer nesse momento tão grave da vida nacional é a*
495 *prevalência dos interesses da população num processo democrático e isento de pressões e constrangimentos*
496 *do capital financeiro e especulativo”.* **4. Ordem do Dia da Sessão Plenária - Continuação** (Áudio:
497 27/01, manhã 1:46:54-3:13:24) continuação 4:24:37 - 4:39:46 pauta 4:50:50-5:50:01) 4.4. Definição dos
498 coordenadores das Comissões Permanentes e Temáticas e Grupos de Trabalho (Processo nº 18.360/2018);
499 Relatoria: Presidente Wellington Leonardo da Silva. **Comissões Permanentes de Trabalho do Conselho**
500 **Federal de Economia - 2018: 1. Comissão de Tomada de Contas** - Competências: Acompanhar
501 as demonstrações de receita e despesa do Cofecon, conferindo a regularidade das despesas
502 efetivadas, inclusive dos bens patrimoniais permanentes; Exercer o papel de controle interno do
503 Sistema, emitindo pareceres conclusivos sobre registros, prestação de contas e balancetes
504 trimestrais do Sistema Cofecon/Corecons. Membros: Efetivos: Nelson Pamplona da Rosa, Maria
505 Auxiliadora Sobral Feitosa e Paulo Brasil Corrêa de Mello. Suplentes: Antonio Melki Jr., Arthur
506 Nemrod Menezes Guimarães e Pedro Andrade de Oliveira. Interface no Cofecon: Antonio Tolentino
507 e José Luiz Pereira Barbosa. Realizada votação nominal, houve 17(dezessete) votos favoráveis, dos
508 seguintes conselheiros: Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio
509 Melki Jr, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo
510 Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Felipe Macedo de Holanda, Henri Wolf
511 Bejzman, Júlio Miragaya, Luiz Antonio Rubin, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Nei Jorge Correia
512 Cardim, Nelson Pamplona da Rosa, Paulo Brasil Corrêa de Mello, Pedro Andrade de Oliveira e
513 Waldir Pereira Gomes. **2. Comissão de Licitação** - Competências: Efetivar os processos de
514 aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pela Lei
515 Federal 8.666/1993. Membros: Efetivos: Eduardo Rodrigues da Silva, Ana Cláudia Ramos Pinto e
516 João Henrique Vieira Costa. Suplentes: Júlio Miragaya e Alexandre Café Rodrigues. Interfaces no
517 Cofecon: Ana Cláudia Ramos Pinto e João Henrique Vieira Costa. Realizada votação nominal,
518 houve 17(dezessete) votos favoráveis, dos seguintes conselheiros: Antonio Corrêa de Lacerda,
519 Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki Jr, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Denise
520 Kassama Franco do Amaral, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Felipe
521 Macedo de Holanda, Henri Wolf Bejzman, Júlio Miragaya, Luiz Antonio Rubin, Maria Auxiliadora
522 Sobral Feitosa, Nei Jorge Correia Cardim, Nelson Pamplona da Rosa, Paulo Brasil Corrêa de Mello,
523 Pedro Andrade de Oliveira e Waldir Pereira Gomes. **Comissões Temáticas de Trabalho do**
524 **Conselho Federal de Economia - 2018: 1. Comissão de Política Econômica** - Competências:
525 Pesquisar, discutir e promover a participação efetiva dos economistas no desenvolvimento
526 econômico do país e sua inserção na economia mundial. Posicionar-se sobre os impactos das

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

527 políticas econômicas. Elaborar estudos e avaliações referentes à situação da desigualdade na
528 distribuição espacial da renda no Brasil, possíveis avanços e suas causas; Estimular a publicação
529 de artigos relacionados ao tema nos sites e nas publicações do Sistema Cofecon/Corecons e avaliar
530 a edição pelo Cofecon de uma coletânea sobre o tema, com artigos elaborados pelos Corecons.
531 **Membros:** Antônio Corrêa de Lacerda, Antonio Melki Jr., Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior,
532 Eduardo Rodrigues da Silva, Felipe Macedo de Holanda, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Heric
533 Santos Hossoé, Jin Whan Oh, Júlio Miragaya, Róridan Penido Duarte, Waldir Pereira Gomes,
534 Wellington Leonardo da Silva, Eliane Cristina de Araújo Sbardellati e Roberto Bocaccio Piscitelli.
535 **Interface Cofecon:** Maria Aparecida Carneiro, Júlio César Poloni de Góes, Natália Lepsch Kenupp
536 **Batista;** **Subcomissão: 1.1 Previdência Social** - Atribuições: Promover o diálogo entre Cofecon e
537 organizações da sociedade civil com foco na realização de ações e propostas que apresentem uma
538 alternativa à Reforma da Previdência Social e responder pelo Conselho Federal de Economia nas
539 demandas de mídia e de eventos que surgirem sobre o tema. **Membros:** Júlio Miragaya, Antonio
540 Melki Jr., Denise Lobato Gentil, Dércio Garcia Munhoz, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Felipe
541 Macedo de Holanda, José Luiz Pagnussat, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte.
542 **Interface Cofecon:** Maria Aparecida Carneiro e Natália Lepsch Kenupp **Batista;** **2. Comissão de**
543 **Educação** - Competências: Organizar e promover o Prêmio Brasil de Economia, Personalidade
544 Econômica do Ano e Gincana Nacional de Economia; Promover mecanismos que estreitem a relação
545 do Cofecon com as Universidades e com as escolas de economia do país, assim como os cursinhos
546 e escolas de ensino médio; Articular e participar, juntamente com outras entidades, no
547 acompanhamento das diretrizes curriculares do curso de economia no país. **Membros:** Denise
548 Kassama Franco do Amaral, Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Carlos
549 Alberto Safatle, Eduardo Rodrigues da Silva, Henri Wolf Bejzman, Marcelo Pereira Fernandes,
550 Paulo de Tarso Alves Guilhon, Ricardo Silveira da Paixão, Simone Magalhães e Waldir Pereira
551 Gomes. **Interfaces Cofecon:** Jane Lopes da Silva e Júlio César Poloni de Góes. **3. Comissão de**
552 **Comunicação** - Competência: Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação do Sistema
553 Cofecon/Corecon e a comunicação interna, inserindo-o na agenda econômica e na mídia nacional e
554 nos Estados; Revisar os mecanismos da página do Cofecon na Internet; coordenar o Jornal e Revista
555 do Cofecon. **Membros:** Júlio Miragaya, Antonio Corrêa de Lacerda, Antonio Melki Jr., Denise
556 Kassama Franco do Amaral, Felipe Macedo de Holanda, Jin Whan Oh, Wellington Leonardo da
557 Silva. **Interfaces Cofecon:** Júlio Cesar Poloni de Góes, Manoel José Castanho, Natália Lepsch
558 Kenupp **Batista;** **4. Comissões de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de**
559 **Gestão** - Competência: Consolidar a efetivação do Planejamento Estratégico do Conselho com
560 vistas ao fortalecimento do Sistema Cofecon/Corecons. Planejar, aperfeiçoar e apoiar ações de
561 promoção da sustentabilidade do Sistema e dos processos de tecnologia e gestão. **Membros:** Bianca
562 Lopes de Andrade Rodrigues, André Luís Braga Rodrigues dos Santos, Jin Whan Oh, Paulo Brasil
563 Corrêa de Mello. **Interfaces Cofecon:** Ana Claudia Ramos Pinto e Alexandre Café Rodrigues; **5.**
564 **Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar** - Competências: Acompanhar a aplicação
565 de normas e procedimentos do Sistema Cofecon/Corecon. Revisar e atualizar a Consolidação da
566 legislação da Profissão do Economista. Acompanhar os projetos de lei em tramitação no Congresso
567 Nacional que são do interesse dos economistas brasileiros, com apoio da assessoria parlamentar.
568 **Membros:** Antonio Melki Jr., Nei Jorge Correia Cardim, Paulo Dantas da Costa, Pedro Afonso
569 Gomes, Róridan Penido Duarte, Wilson Roberto Villas Boas Antunes. **Interfaces Cofecon:** Fábio
570 Ronan Miranda Alves, Daniel Nunes de Oliveira e Jane Lopes da Silva; **6. Comissão de**
571 **Fiscalização e Registro Profissional** - Competência: Acompanhar a fiscalização em todo o Sistema
572 Cofecon/Corecon. Acompanhar e verificar as condições do exercício da profissão de economista e
573 as habilitações para o registro do profissional. Apreciar e relatar os processos relativos à atividade-
574 fim de registro e fiscalização. **Membros:** Pedro Andrade de Oliveira, Bianca Lopes de Andrade
575 Rodrigues, Nelson Pamplona da Rosa, Paulo Hermance Paiva, Paulo Roberto Polli Lobo. **Interfaces**
576 **Cofecon:** Daniel Nunes de Oliveira e Maria Aparecida Carneiro; **7. Comissão de Desenvolvimento**
577 **Regional** - Competência: Apoiar a realização de seminários e encontros nacionais e regionais sobre
578 a questão do desenvolvimento regional; Promover a avaliação das políticas públicas que tratam da
579 questão regional, considerando seus diversos aspectos: planejamento territorial, desenvolvimento
580 regional e ordenamento territorial; Participar de eventos nacionais e regionais relacionados ao tema
581 do desenvolvimento regional. **Membros:** Fernando de Aquino Fonseca Neto, Bianca Lopes de
582 Andrade Rodrigues, Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo José Monteiro da Costa, Felipe
583 Macedo de Holanda, Heric Santos Hossoé, João Rogério Sanson, Júlio Miragaya, Nei Jorge Correia
584 Cardim, Paulo de Tarso Alves Guilhon e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva. **Interface Cofecon:**
585 Jane Lopes da Silva e Maria Aparecida Carneiro. **Grupos de Trabalho do Conselho Federal de**

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

586 **Economia - 2018: 1. Estudar a situação financeira e patrimonial dos Conselhos Regionais** -
587 substituiu o GT Sedes dos Regionais. Competências: Atuar junto às Superintendências do
588 Patrimônio da União nos Estados visando a cessão de imóveis para instalação dos Conselhos
589 Regionais de Economia que não possuem sede própria, ou que não dispuserem de sede adequada
590 para a execução de suas atividades fins. Membros: Pedro Andrade de Oliveira, André Luís Braga
591 Rodrigues dos Santos, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Frednan Bezerra dos Santos, José
592 André de Lima Freitas da Silva, Nei Jorge Correia Cardim, Ricardo Silveira da Paixão, Rogério
593 Vianna Tolfo, Sebastião Demuner. Interfaces Cofecon: Antonio Tolentino e Jane Lopes da Silva;

594 **2. Composição do Plenário** - Competência: Apoiar e estimular a elaboração de projeto capaz de
595 ampliar o nível de participação dos Conselhos Regionais de Economia no plenário do Cofecon,
596 desde que respeitados os princípios da democracia direta, da proporcionalidade e da viabilidade
597 econômico-financeira, além da aprovação do Since. Membros: Júlio Miragaya, Antonio Melki Jr.,
598 Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo Rodrigues da Silva, Felipe Macedo de Holanda, Henri
599 Wolf Bejzman, Heric Santos Hossoé. Pedro Andrade de Oliveira, Waldir Pereira Gomes. Interfaces
600 Cofecon: Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves;

601 **3. Voto Eletrônico** -
602 Competência: Providenciar o desenvolvimento de sistema próprio de votação eletrônica,
603 objetivando sua implantação em todos os Conselhos Regionais de Economia. Membros: Antonio
604 Melki Jr., Jin Whan Oh, Paulo Brasil Corrêa de Mello. Interfaces Cofecon: Alexandre Café
605 Rodrigues e Ana Claudia Ramos Pinto;

606 **4. Instituto de Previdência Complementar para economistas** substituiu o grupo de trabalho Cooperativa de Crédito dos Economistas -
607 Competências: Realizar estudos visando a apresentação de um projeto de criação de Instituto de
608 Previdência Complementar tendo como apêndice a viabilização de crédito para os economistas.
609 Membros: Antonio Corrêa Lacerda, Jin Whan Oh, Paulo Roberto Paixão Bretas. Interfaces Cofecon:
610 Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves;

611 **5. Mulher Economista** - Competências:
612 Aperfeiçoar a participação das economistas na economia brasileira bem como estimular a
613 participação mais efetiva no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Pesquisar o perfil e área de
614 atuação com maior participação das economistas e conhecer a estrutura do mercado de trabalho.
615 Membros: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Ana Cláudia Arruda Laprovitera, Celina Martins
616 Ramalho, Denise Kassama Franco do Amaral, Fabíola Andréa Leite de Paula, João Manoel
617 Gonçalves Barbosa, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria Cristina de Araújo, Maria do Socorro
618 Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Nancy Gorgulho Chaves Braga, Simone
619 Magalhães, Tânia Cristina Teixeira, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, Waldir Pereira Gomes.
620 Interfaces Cofecon: Jane Lopes da Silva e Natália Lepsch Kenupp Batista;

621 **6. Estatísticas Econômicas** - Competências: Elaborar um banco de dados com informações de natureza econômica
622 que possa subsidiar as atividades dos Conselheiros. Elaborar proposta metodológica para a
623 disponibilização sistemática de indicadores conjunturais e da percepção de tendências de
624 comportamento das principais variáveis macroeconômicas pelo Cofecon para a categoria
625 profissional dos economistas, setor empresarial e financeiro, acadêmicos de economia e setor
626 público. Membros: Pedro Andrade de Oliveira, Felipe Macedo de Holanda, Fernando de Aquino
627 Fonseca Neto, José Antonio Lutterbach Soares. Interfaces Cofecon: Maria Aparecida Carneiro e
628 Alexandre Café Rodrigues;

629 **7. Perícia econômico-financeira** - Competências: Realizar estudos
630 visando a proposição de ações para fortalecer a atividade de Perícia Econômico-Financeira,
631 divulgando-a entre profissionais e estudantes de Ciências Econômicas e tomadores de serviços, e
632 definindo as exigências de capacitação técnica para a certificação de competência por especialidade
633 (Consolidação, 4.3). Membros: Objeto da apreciação da 683ª Sessão Plenária Ordinária Cofecon;

634 **8. Responsabilidade Social** - Competências: Estudar a implantação de programas de
635 responsabilidade social e economia solidária no sistema Cofecon/Corecons, de modo que suas ações
636 impactem na sociedade de forma positiva. Membros: Denise Kassama Franco do Amaral, Henri
637 Wolf Bejzman, Terezinha de Jesus Ferreira da Silva, Thales de Souza Campos. Interfaces Cofecon:
638 Jane Lopes da Silva e Daniel Nunes de Oliveira;

639 **9. Transparência** - Competências: Conduzir o
640 processo de implantação, aperfeiçoamento e disseminação da cultura de observância à transparência
641 no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, e zelar pelo cumprimento da Lei nº 12.527/2011.
642 Membros: Henri Wolf Bejzman, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Pedro Andrade de Oliveira.
643 Interfaces Cofecon: Ana Claudia Ramos Pinto, Alexandre Café Rodrigues e Danyel Willian Santos
644 Teófilo;

645 **10. Corecon Jovem/Acadêmico** - Competências: Estudar e implementar programas e ações
646 voltados aos estudantes de economia para que eles entendam o papel do Conselho de Economia,
647 bem como promover as atividades do Corecon junto aos estudantes e vice-versa. Membros: Eduardo
648 Rodrigues da Silva, Antonio Corrêa de Lacerda, Denise Kassama Franco do Amaral, Waldir Pereira
649 Gomes. Interfaces Cofecon: Daniel Nunes de Oliveira e Júlio César Poloni de Góes;

650 **11. Concurso**

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

645 **Público do Sistema Cofecon/Corecons** - Competência: Realizar estudos e emitir um parecer sobre
646 a viabilidade de continuar realizando o concurso público do Sistema Cofecon/Corecons. Membro:
647 Wellington Leonardo da Silva. Interfaces Cofecon: Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan
648 Miranda Alves; **12. Redução dos Gastos do Conselho Federal de Economia** - Competências:
649 Analisar e implementar ações de redução dos Gastos do Conselho Federal de Economia. Membros:
650 Nelson Pamplona da Rosa e Wellington Leonardo da Silva. Interface Cofecon: Ana Claudia Ramos
651 Pinto, Antonio Tolentino e José Luiz Pereira Barboza; **13. Economista Empreendedor** -
652 Competências: Estimular o empreendedorismo entre os economistas brasileiros. Membros: Júlio
653 Miragaya e Denise Kassama Franco do Amaral. Interface Cofecon: Daniel Nunes de Oliveira e
654 Maria Aparecida Carneiro; **14. Articulações com o CFA** - Competências: Realizar articulações
655 como CFA e CFC relativas ao andamento do PLS 658/2017. Membros: Wellington Leonardo da
656 Silva, Paulo Dantas da Costa e Róridan Penido Duarte. Interfaces Cofecon: Ana Claudia Ramos
657 Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves; **15. Absorção de cursos com forte conteúdo de Economia** -
658 Competência: Realizar estudos para a ampliação no quadro de registrados do Sistema
659 Cofecon/Corecons, buscando absorver o registro de profissionais oriundos de outros cursos de
660 bacharelado e tecnólogo com formação correlata ou presença de forte conteúdo de Economia.
661 Membros: Denise Kassama Franco do Amaral, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki
662 Jr., Eduardo Rodrigues da Silva, Marcelo Pereira Fernandes, Tânia Marques, Waldir Pereira Gomes.
663 Interfaces Cofecon: Maria Aparecida Carneiro. **Conselho Editorial da Revista Economistas -**
664 **2018:** Conselho Editorial da Revista Economistas - Competências: Aprovar a pauta e avaliar o
665 conteúdo da revista, aprovando ou não a sua publicação. Membros: Wellington Leonardo da Silva,
666 Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Denise Kassama Franco do Amaral,
667 Dércio Garcia Munhoz, Eduardo José Monteiro da Costa, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Felipe
668 Macedo de Holanda, Gilson de Lima Garófalo, José Luiz Pagnussat, Júlio Miragaya, Luiz Calor
669 Delorme Prado, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte, Sidney Pascoutto da Rocha,
670 Waldir Pereira Gomes. Interfaces Cofecon: Júlio Cesar Poloni de Góes, Manoel José Castanho,
671 Natália Lepsch Kenupp Batista. O Grupo de Trabalho Gestão documental do Cofecon foi retirado
672 para ser inserido nas ações centrais do plano de trabalho. Em votação, aprovadas as comissões,
673 grupos de trabalho e conselho editorial para o exercício de 2018. (Áudio: 27/01, manhã 5:50:22 -
674 5:52:27) 4.5. Aprovação do Programa de Trabalho para o exercício de 2018 (Processo nº 18.360/2018);
675 Relator: Presidente Wellington Leonardo da Silva. O Presidente do Cofecon apresentou o programa de trabalho
676 da Presidência de 2018, informou que utilizou o programa de trabalho tradicional do Cofecon e manteve tudo,
677 exceto o que já foi concluído, e inseriu o plano de campanha lido no item 3.1.2. Propôs o seguinte
678 encaminhamento: caso haja algo para incluir, fará uma emenda posterior. Em votação, aprovado. (Áudio:
679 27/01, manhã 5:52:48 - 6:29:30). 4.6. Regulamento da VIII Gincana Nacional de Economia (Processo nº
680 18.361/2018); Relatora: Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral. A Relatora mencionou que
681 o regulamento é basicamente o mesmo do ano anterior, porém houve uma mudança na premiação do 1º lugar
682 do artigo 23, que diz: “Art. 23. Os integrantes das equipes vencedoras receberão os seguintes prêmios: I- 1º
683 lugar: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para cada estudante, no total de R\$ 3.600,00 (três mil e
684 seiscentos reais), passagens aéreas e hospedagem para uma viagem à Brasília para conhecer a *sede do Conselho*
685 *Federal de Economia e demais instituições de Brasília-DF, conforme programação a ser previamente definida*
686 *pela Comissão Organizadora, com despesas de deslocamento interno custeadas pelo Cofecon*”. A alteração
687 foi relacionada a despesas com deslocamento interno, que serão custeadas pelo Cofecon em Brasília para os
688 vencedores do primeiro lugar. Após discussão, realizou-se a votação nominal, com 10 (dez) votos favoráveis
689 à proposta da relatora, dos seguintes Conselheiros: Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e
690 Silva, Denise Kassama Franco do Amaral, Felipe Macedo de Holanda, Henrique Wolf Bejzman, Luis Antonio
691 Rubin, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Nei Jorge Correia Cardim, Paulo Brasil Corrêa de Mello e Waldir
692 Pereira Gomes. houve 3(três) votos contrário, dos seguintes Conselheiros: Antonio Melki Jr., Nelson Pamplona
693 da Rosa e Pedro Andrade de Oliveira. Ausente o conselheiro Júlio Miragaya. Aprovado a proposta da relatora.
694 4.7. Regulamento do XXIV Prêmio Brasil de Economia (Processo nº 18.362/2018); Relatora: Conselheira
695 Federal Denise Kassama Franco do Amaral. O regulamento teve apenas uma inclusão no que tange às
696 inscrições no caso de coautoria: “*Seção III - Das Inscrições... § 4º No caso da existência de mais de um autor*
697 *e que algum(s) desses não satisfaça(m) as exigências previstas no §2º do presente artigo, é facultada a*
698 *renúncia de participação no Prêmio Brasil de Economia em favor daqueles que preenchem os requisitos*
699 *exigidos, mediante formalização expressa, por qualquer meio, dirigida ao Conselho Regional de Economia e*
700 *ao Conselho Federal de Economia*”. Em votação, aprovada conforme proposta da relatora. **4. Ordem do Dia**
701 **da Sessão Plenária-Continuação.** (Áudio: 26/01, tarde 53:55 - 1:39:35) 4.8. *Demanda referente aos*
702 *sistemas de informática utilizados pelo Cofecon e Corecons: modernização dos módulos utilizados -*
703 *Procedência Corecons: CE, RN, PB, PI, (Processo nº 18.166/2017); Relator: Conselheiro Federal Júlio*

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

704 Miragaya. O Relator informou sobre o processo licitatório em curso que trata do software. A superintendente
705 substituta, Ana Claudia Ramos Pinto, esclareceu que houve a necessidade de suspender a realização do pregão
706 por necessidade de ajuste no edital para contratação do serviço de software contábil e cadastral. Após
707 posicionamento dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia, o presidente do Cofecon, Wellington
708 Leonardo da Silva, informou que serão encaminhadas todas as informações aos Corecons para as
709 manifestações sobre o edital. Item retirado de Pauta. *4.9. Análise relativa à obrigatoriedade de registro e*
710 *pagamento de anuidades pelo Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Processo*
711 *nº 18.151/2017); Relator: Conselheiro Federal Júlio Miragaya. O Relator informou que tem recebido*
712 *reclamação dos Conselhos Regionais de Economia por não estarem recebendo o pagamento das anuidades do*
713 *SEBRAE, bem como dos consultores contratados para prestar consultoria. Informou que o SEBRAE trabalha*
714 *com atividades econômicas, gestão de negócios e outras questões financeiras, e ajuda muito com apoios nas*
715 *atividades dos Conselhos Regionais Economia. O relator sugere ouvir o que pensam os presidentes dos*
716 *Conselhos Regionais de Economia para que se tomem as providências de forma uniforme sobre o*
717 *procedimento. Esclareceu que há um balanço sobre os Corecons que possuem e os que não possuem registro*
718 *do SEBRAE e seus profissionais e o que se precisa é delimitar uma ação entre os Conselhos Regionais de*
719 *Economia para resolver a questão do registro. O procurador-chefe do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves,*
720 *prestou os esclarecimentos necessários sobre a obrigatoriedade do registro. Item retirado de Pauta. 5.*
721 **Apreciação de Processos Administrativos** (Áudio: 27/01, manhã 45:57-1:43:03) 5.1. Processos
722 Administrativos. Foi retirado de pauta o Processo: 18.228/2017 CORECON/PR - Maria Cirleia de Andrade
723 Policeno, referente a uma execução fiscal, pois será devolvido ao Corecon-PR para correção. Na sequência o
724 Conselheiro Pedro Andrade de Oliveira fez o relato dos seguintes processos: Indefere remissão de débito:
725 Processo: 17.851/2016 (Corecon-RJ) interessado: José Aloísio da Silva; Processo: 17.850/2016 (Corecon-RJ)
726 interessado: Carlos Alberto Gomes e Processo: 17.849/2016(Corecon-RJ) interessado José Benjamim Moraes
727 Ferreira. Informou a devolução de dois Processo: ° 17853/2016, interessado João Sérgio Marques e Silva e
728 Processo: 17854/2016 interessada Ana Cristina Carvalho Barbosa, ao Corecon-PA/AP para complemento de
729 informações. Indefere recurso de cancelamento de registro: Processo: 17.834/2016(Corecon-RS) interessado
730 Margarete Leniza Lopes Gonçalves; Processo: 17.838/2016 (Corecon-RS) interessado: William Schneider;
731 Processo: 17.832/2016 (Corecon-RS) Interessado: Daniel Maia; Processo: 17.836/2016 (Corecon-RS)
732 Interessado: Rudimar Ferrari Guizzo; Processo: 17.837/2016 (Corecon-RS) Interessado: Samoel Maldaner;
733 processo: 17.861/2016 (Corecon-SP) Interessado: Sercom Comércio e Serviços Ltda; Processo: 17.863/2016
734 (Corecon-SP) Interessada: Credival Participações, Administração e Assessoria; Processo: 17.864/2016
735 (Corecon-SP) Interessado: José Jesuino Pimenta. Processo: 17.780/2016 (Corecon-DF) Interessado: Paulo
736 Rogério Bagdonas; Processo: 17.782/2016 (Corecon-DF) Interessado: Márcio Teixeira Chagas Pinto. Relator
737 Conselheiro Nelson Pamplona da Rosa relatou os processos: Defere cancelamento de registro. Processo:
738 17.879/2016 (Corecon-SP), Interessado: Paulo Sérgio Manzioni. Indefere recurso de cancelamento de registro
739 e remissão de débito. Processo: 17.867/2016 (Corecon-SP) Interessado: Luiz Carlos Alonso Capasciutti.
740 Indefere recurso de cancelamento de registro. Processo: 17.885/2016 (Corecon-SP) Interessado: Claudio
741 Fernandez Reinert; Processo: 17.883/2016 (Corecon-SP) Interessado: Rodrigo Mancuso; Processo:
742 17.881/2016 (Corecon-SP) Interessada: Ayla Costa Silveira; Processo: 17.880/2016 (Corecon-SP) Interessado:
743 Rafael da Rocha; Processo: 17.868/2016 (Corecon-SP) Interessado: Vitor Carlos Hager; Processo:
744 17.866/2016 (Corecon-SP) Interessado: Paulo Henrique Zillo; Processo: 17.946/2017 (Corecon-DF)
745 Interessado: Thiago Henrique Cardoso da Silva; Processo: 18.333/2017 (Corecon-SP) Interessado: Fernando
746 Augusto Coelho dos Santos Filho. Defere recursos de cancelamento de registro com remissão de débito.
747 Processo: 17.835/2016 (Corecon-RS) Interessada: Mariângela Amaral e Silva; Processo: 17.847/2016
748 (Corecon-RJ) Interessada: Elizabeth Dávila Cavallero e Processo: 17.865/2016 (Corecon-SP) Interessado:
749 Paulo Marcelo Amaral Sales. Defere recursos de cancelamento de registro com remissão de débito. Processo:
750 17.787/2017 (Corecon-DF) Interessada: Maria Luiza de Santana Lombas. Em votação, aprovados. Regimento
751 Interno. Relatado pelo Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. o Processo nº 18.011/2017 (Corecon-GO).
752 Assunto: Atualização do Regimento Interno. O Relator mencionou que o regimento interno do Corecon-GO
753 apenas exige deliberação em duas sessões consecutivas, ou seja, não distingue entre ordinária e extraordinária.
754 Isto é, o Plenário do Corecon-GO seguiu o procedimento previsto em seu atual Regimento Interno. O Relator
755 votou pela homologação do Regimento Interno do Corecon-GO, ressaltando que promova a alteração de seu
756 Regimento quanto à realização de duas plenárias ordinárias consecutivas. Feita essa alteração, não será
757 necessária nova homologação pelo Plenário do Cofecon, devendo apenas o Corecon-GO enviar cópia do
758 Regimento, já com a alteração, para inclusão no presente processo. Em votação, aprovado, com abstenção dos
759 Conselheiros Felipe Macedo de Holanda e Paulo Brasil Corrêa de Mello. Processo nº 18.272/2017 (Corecon-
760 RS) Assunto: Regimento Interno - Análise Técnica. O Relator apresentou a recomendação do parecer: -
761 Homologação da proposta do item II - A (alterações ou acréscimos sugeridos possuem conteúdo compatível
762 com o modelo do regimento interno): Trata do artigo 16, incisos XI, XII e XVII, que elenca as atribuições do

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

763 Plenário do Conselho Regional; artigo 17, inciso VI, que elenca as competências dos Conselheiros; artigo 56,
764 § 8º, inciso IV, que trata dos debates e discussões das matérias em sessão; artigo 70 e artigo 66 § 6º; -
765 Homologação condicionada da proposta do item II-B (se encontra com a redação incompleta, devendo ser
766 complementada conforme modelo proposto pela resolução): Artigo 9º, § 5º, 6º, 7º e 8º; artigo 2º, artigo 26, §
767 3º; e não homologação do item II-C (dispositivos presentes no Regimento Interno que não possuem previsão
768 no modelo proposto, inovação normativa que contraria a unidade do Sistema ou seus normativos): artigo 3º, §
769 2º, inciso IX que trata das condições de elegibilidade para os membros do Plenário e seus suplentes, artigo 9º
770 condições de elegibilidade, artigo 26, § 1º que trata da substituição do presidente pelo seu vice em caso de
771 impedimentos, faltas ou vacância, artigo 40 , § 1º que preceitua o número mínimo de sessões plenárias
772 ordinárias de cada exercício, artigos 66 e 67 - comissão de fiscalização à ética e disciplina da profissão, artigo
773 69, que trata da comissão de licitação e artigo 66 § 4º. O Relator votou pela homologação da proposta do item
774 II-A, homologação condicionada da proposta do item II-B, e pela não homologação do item II-C, não sendo
775 necessária nova homologação por parte do Corecon-RS ou do Cofecon. Após alterações feitas deverá o
776 Corecon-RS encaminhar cópia do Regimento Interno ao Conselho Federal de Economia para juntá-la ao
777 processo. Em votação, aprovado. Abstenção do Conselheiro Federal Henri Wolf Bezjman. **6. Outros**
778 **Assuntos.** Não houve. **7. Encerramento** O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva,
779 agradeceu a presença de todos e às 15h39 deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes da Silva,
780 lavei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo Presidente da Sessão. Brasília,
781 vinte e sete de janeiro de dois mil e dezoito.

782

783

784

785

Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente do Cofecon

Jane Lopes da Silva
Secretária *ad hoc*